



LGPD NA PESQUISA EM SAÚDE:

USO ÉTICO DE DADOS E IA

Conecte-se com o CI-IA

<https://linktr.ee/iasaudeufmg>

www Instagram Play

Abertura do Ciclo de Reuniões Científicas 2026

No dia 24 de fevereiro de 2026, o CI-IA Saúde realizou sua primeira **reunião científica** do ano, marcando o início do ciclo mensal de encontros de 2026. O tema da sessão foi **“LGPD na pesquisa em saúde: uso ético de dados e IA”**, conduzido pela pesquisadora Gabriella da Silva Reis, advogada especialista em Direito Médico e mestre em Direito e Tecnologia pela UFMG. A discussão trouxe reflexões essenciais sobre proteção de dados, fundamentos jurídicos e desafios éticos relacionados ao uso de Inteligência Artificial (IA) na pesquisa em saúde.

Foram abordados os principais aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com destaque para a classificação dos dados de saúde como dados pessoais sensíveis e para a ampliação desse conceito

pela Portaria GM/MS nº 3.232/2024, para dado pessoal sensível de saúde. A reunião também revisou conceitos essenciais para a condução ética de pesquisas, como os papéis de titular, controlador, operador e encarregado, além das especificidades aplicáveis aos órgãos de pesquisa, incluindo hipóteses de dispensa de consentimento mediante anonimização e a formalização adequada de parcerias institucionais.

No âmbito prático, também foram debatidos temas como coleta mínima de dados, manejo de achados incidentais e responsabilidade civil no treinamento e aplicação de sistemas de IA, enfatizando a importância da documentação e da rastreabilidade dos processos.

A reunião reforçou que o uso de IA em saúde deve estar alinhado aos princípios da ética em tecnologia e da bioética, assegurando transparência, proteção da privacidade, autonomia e justiça. Confira as Reuniões Científicas anteriores no canal do CI-IA Saúde no [YouTube](#). Aproveite para assistir aos conteúdos já discutidos e acompanhar as próximas edições!

Prof. Virgílio Almeida publica artigo no Valor Econômico sobre o papel do Brasil na nova ordem da IA

Onde entra o Brasil na nova ordem da IA?

Francisco Gaetani e Virgílio Almeida



Os eventos das últimas semanas provocaram um novo solavanco na já instável ordem global. A recente iniciativa dos EUA em relação à Venezuela e ao seu sequestrado presidente retoma uma longa tradição inaugurada pela Doutrina Monroe, segundo a qual os EUA se atribuem o papel de "polícia" das Américas. Essa movimentação dá continuidade a uma estratégia iniciada com o chamado "tarifaço", marcada pela redefinição unilateral dos termos de troca internacionais e pela subordinação de países dos quais os EUA buscam extrair benefícios diretos.

desenhar estratégias mais independentes, ainda não acompanhada pela maioria dos países do Sul Global, países como Brasil, Índia, Turquia, Indonésia e Nigéria enfrentam dilemas tanto externos quanto internos. No plano internacional, procuram evitar o estresse forçado de escolhas entre EUA e China. Ao mesmo tempo, as tentativas de criar mecanismos regulatórios supranacionais ebarham no entropiamento do multilateralismo, simbolizado pela perda de centralidade das ONU e de suas agências — um processo no qual os EUA têm desempenhado papel decisivo. No plano nacional, o Brasil vem ensaiando iniciativas regulatórias para defender seus próprios interesses nesse novo cenário. No Congresso brasileiro, estão em debate projetos relacionados à inteligência artificial, à regulação da concorrência econômica, à remuneração de conteúdo e ao combate à desinformação — sem falar na legislação já aprovada do ECA Digital, cuja regulamentação é iminente. Ao mesmo tempo, ganham força

O mundo de hoje é complexo demais para caber em uma disputa entre apenas duas potências. A inteligência artificial já transformou profundamente a economia e a vida social, afetando desde o trabalho e a saúde até a comunicação e a cultura. Mesmo assim, o debate internacional costuma tratar a IA apenas como uma corrida por modelos cada vez mais sofisticados, cuja pano de fundo é o uso para a guerra e dominação. Essa visão é limitada. O verdadeiro diferencial não está apenas em desenvolver tecnologia de ponta, mas em saber implantá-la, regulá-la e usá-la de forma eficaz na economia e na sociedade. Liderança em IA passou a ser vista como nova "vantagem atômica", influiu em economias e sistemas políticos. Apostar apenas em tecnologia de ponta não garante, por si só, maior produtividade, crescimento econômico ou melhor sustentabilidade.

mento dos modelos mais avançados, essa abordagem gera ganhos econômicos e aprendizado institucional mais profundos. O Brasil tem condições de seguir um caminho próprio, baseado na construção de confiança pública e legitimidade democrática para o uso da IA. Transparência, explicabilidade dos sistemas e proteção de direitos devem ser condições centrais para que a tecnologia se difunda. A disputa global por IA não será vencida apenas por quem cria os modelos mais poderosos, mas por quem conseguir governar, expandir e integrar a IA de forma produtiva e socialmente aceita. A implantação, mais do que a fronteira tecnológica, é o verdadeiro campo estratégico. O Brasil, porém, ainda hesita diante da oportunidade e da dimensão desse desafio. Não bastam planos e recursos isolados. É necessário senso de urgência, coordenação institucional, capacidade de alavancagem e visão estratégica para que o país aproveite suas vantagens naturais, seu parque produtivo e sua resiliência democrática.

Deborah Carvalho Malta

Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem da UFMG



Pesquisadora do CI-IA Saúde, Deborah Malta vence 2º Prêmio Mulheres e Ciência

A professora Deborah Carvalho Malta, da Escola de Enfermagem da UFMG e pesquisadora do CI-IA Saúde, teve seu nome confirmado no resultado final do 2º Prêmio Mulheres e Ciência, na categoria Trajetória.

No CI-IA Saúde, Deborah coordena o projeto "O Uso de Modelos Preditivos de Inteligência Artificial na Prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis", cujo objetivo é desenvolver modelos, técnicas e soluções em IA para identificar, analisar e prever a ocorrência de DCNT em grupos populacionais, considerando aspectos éticos de privacidade e segurança. A iniciativa conecta ciência de dados, epidemiologia e políticas públicas, contribuindo para estratégias mais eficazes de prevenção e promoção da saúde. Referência nacional em saúde coletiva, a professora possui ampla produção científica voltada ao enfrentamento das DCNTs, à análise de fatores de risco e à avaliação em saúde. A premiação reconhece uma trajetória de impacto e reforça a relevância de pesquisas orientadas por evidências para qualificar políticas públicas e fortalecer o cuidado em saúde no Brasil.

Fonte: <https://valor.globo.com/opinia0/coluna/onde-entra-o-brasil-na-nova-ordem-da-ia.ghtml>

Foi publicado no jornal Valor Econômico o artigo "Onde entra o Brasil na nova ordem da IA?", assinado por Virgílio Almeida em coautoria com Francisco Gaetani.

A publicação ganha relevância em um momento em que líderes mundiais se reúnem para debater o avanço da IA e suas implicações econômicas, sociais e políticas. O artigo propõe uma reflexão sobre caminhos possíveis para o Brasil, enfatizando a importância de políticas públicas, desenvolvimento científico e visão estratégica de longo prazo.

A contribuição reforça o papel do professor Virgílio Almeida como uma das vozes brasileiras mais relevantes no debate internacional sobre Inteligência Artificial, governança digital e inovação.



PARCERIA



FINANCIADORES



COORDENAÇÃO

